

“Nem Maluf é esperança, nem Tancredo é mudança”: a luta parlamentar do Partido dos Trabalhadores contra o Colégio Eleitoral

Glauber Eduardo Ribeiro Cruz*

Resumo: Este texto tem como objetivo analisar a atuação dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores no Colégio Eleitoral. As fontes utilizadas são os discursos encontrados no Diário do Congresso Nacional, Seção I, publicado entre os anos de 1983, 1984 e 1985 disponíveis no site da Câmara dos Deputados. Ao total são doze (12) discursos dos deputados federais petistas Eduardo Suplicy e José Genoíno, que retratam a crítica petista ao Colégio Eleitoral. Na perspectiva metodológica, o discurso político é o instante privilegiado para a ação política, em meio aos fatos e aos acontecimentos, e como objeto de pesquisa requer a necessidade de serem mapeados em regularidades, em séries, em saberes, em temas e em conceitos, para localizar a construção de imagens de si e dos outros, as lutas políticas e as batalhas discursivas. O objetivo do texto é compreender a luta e a função do parlamentar como ator político importante na vida partidária e a demarcação política do Partido dos Trabalhadores no Colégio Eleitoral.

Unitermos: Partido dos Trabalhadores, Discurso parlamentar, Colégio Eleitoral.

Abstract: This text has aims to analyze the performance of Party deputies Worker's in the Electoral College. The sources used are the speeches found in Daily of Congress, Section I, published between the years 1983, 1984 and 1985 available in the House of Representatives website. In total there are twelve (12) speeches of deputies PT Eduardo Suplicy and José Genoíno, portraying critical “petista” the Electoral College. In the methodological perspective, the political discourse is the privileged moment for political action, among the facts and events, and as a research goal requires the need to be mapped into regularities in series, in knowledge, in themes and concepts, to locate the construction of images of self and others, the political struggles and discursive battles. The objective of this text is to understand the struggle and the role of Parliament as an important political actor in the party life and the Party's political demarcation of Workers in the Electoral College.

Keyword: Worker's Party, Parliament speech, Electoral College.

Resumen: Este texto tiene como objetivo analizar la actuación de los diputados federales de los Partidos de los Trabajadores en el Colegio Electoral. Las fuentes utilizadas son los discursos encontrados en el Diario del Congreso Nacional, Sección I, publicado entre los años de 1983, 1984 y 1985 disponibles en el sitio de la Cámara de los Diputados. Al total son doce (12) discursos de los diputados federales petistas Eduardo Suplicy y José Genoíno, que retractan la crítica petista al Colegio Electoral. En la perspectiva metodológica, el discurso político es lo instante privilegiado para la acción política, en medio a los hechos y los acontecimientos, y como objeto de investigación requiere la necesidad de ser mapeado en regularidad, en series, en saberes, en temas y en conceptos, para localizar la construcción de imágenes de si y de los otros, las luchas políticas y las batallas discursivas. El objetivo del texto es comprender la lucha y las funciones del parlamentar como actor político importante en la vida partidaria y la demarcación política del Partido de los Trabajadores en el Colegio Electoral.

Palabras-claves: Partido de los Trabajadores, Discurso parlamentar, Colegio Electoral

Volume 21, número 2: 2016

Os primeiros anos de vida partidária foram importantes para o Partido dos Trabalhadores (PT) que buscava demarcar sua atuação na cena política nacional em meio as relações com os movimentos sociais e com partidos políticos, principalmente nas instituições políticas como o Legislativo – no caso do Colégio Eleitoral – tentando preencher e ocupar de um espaço vazio na vida partidária política do país.

É necessário explicitar as fontes utilizadas no texto: os discursos dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores (PT) estão localizados no Diário do Congresso Nacional (1983-1985) e encontrados no site oficial da Câmara dos Deputados. O uso dos discursos se justifica pela importância dos registros realizados e pelo próprio ineditismo, uma vez que nas diversas leituras realizadas envolvendo pesquisa sobre o Partido dos Trabalhadores, não foi identificado nenhum autor/autora que deles tenha se utilizado como objeto de análise.

Os poucos estudiosos que se dispuseram a examinar o partido sob a ótica dos seus parlamentares, tentando preencher lacunas sobre a atuação congressual e a relação entre a estrutura partidária e o mandato parlamentar foram de Ana Lúcia Aguiar Melo (1998), Paulo Roberto Figueira Leal (2005), e Sônia Ranincheski, Nathália Cordeiro (2008).

As fontes partidárias também foram importantes como referência bibliográfica e instrumento ideológico e político de unificação partidária. Porém, é necessário realizar considerações sobre seus alcances e limites:

Nem sempre explicitam, por exemplo, o contexto político e social em que foram produzidas; quase nunca colocam à mostra o rico e variado debate que os envolveu; são, em geral, ufanistas em relação às possibilidades reais do PT; por fim, o que é particularmente importante do ponto de vista da relação entre teoria e prática, raramente avaliam os contrastes e as concordâncias das resoluções anteriores em relação à realidade existente e à prática partidária (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 18).

Neste ponto, consideramos que a atividade partidária desenvolvida nas instituições políticas foi praticada no plenário da Câmara dos Deputados, pois se trata do *locus* privilegiado de divulgação, definição e construção da concepção de política e da sociedade de cada partido político.

Na perspectiva metodológica, a análise de discurso foi o método escolhido para o exame das fontes utilizadas. A análise do discurso e do pensamento político é importante para identificar as ações e os fatos que reagem ao passado, modificam o presente, e criam o futuro.

Volume 21, número 2: 2016

Para se trabalhar com os discursos procura-se apresentá-los como atividade e continuidade de ação, por meio de performances, sendo um “campo de estudos constituído por atos de discurso, sejam eles orais, manuscritos ou impressos, e pelas condições ou contextos em que esses atos foram emitidos” (POCOCK, 2003, p. 64).

O discurso e o debate político como fontes da história são relevantes a partir da variedade das linguagens políticas, dos atores e dos contextos históricos, lingüísticos e políticos. Os critérios constituintes da linguagem como fonte histórica são as construções, os acontecimentos e os valores sociais reconhecidos na performance discursiva, sendo o discurso político prático e animado por necessidades do presente: “a situação prática incluirá pressões, restrições e encorajamentos aos quais o autor estava sujeito ou acreditava estar sujeito, originados nas preferências e antipatias de terceiros e nas limitações e oportunidades do contexto político, tal como ele o percebia ou vivia” (POCOCK, 2003, p. 39).

O discurso utilizado no plenário da Câmara dos Deputados deve revelar a continuidade e a mudança, onde devemos reconhecer a consistência de paradigmas e uma multiplicidade de performances e de agentes que constroem a identidade e a carreira parlamentar por meio da experiência política. O discurso pode causar abalos e agitações, constituindo-se no instante privilegiado para a ação política, em meio aos fatos e aos acontecimentos, e “certamente devemos estudar as transformações no discurso na medida em que elas geram transformações na prática, mas há sempre um intervalo no tempo, suficiente para gerar heterogeneidade no efeito” (POCOCK, 2003, p. 82).

Os discursos e os pronunciamentos também podem ser concebidos como fontes que se justificam por serem conceitos polissêmicos, como afirma Durval Muniz de Albuquerque Junior (2009).

Quando falar aqui de discursos, estarei me referindo a uma peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público. Estarei me referindo a uma fala ou oração feita para dada audiência, podendo ser escrita previamente ou dita de improviso, tendo ficado registrada de alguma forma, seja através da memória daqueles que a ouviram ou presenciaram, seja através de sua versão original, quando por escrito, seja através de sua reprodução, veiculação e repercussão através de distintos meios de comunicação social: o jornal, a revista, o rádio, a televisão, o cinema, a internet, a fotografia etc. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 223-224).

Volume 21, número 2: 2016

Nesta perspectiva, a análise do discurso se baseia no lugar social: a própria produção, a época, em quais circunstâncias políticas, econômicas e sociais, por quem, como e o que ele diz sobre o passado construindo sua historicidade por meio da análise externa e interna.

A análise externa requer o contexto, as condições históricas que permitiram sua emergência, datação e localização espacial, autoria e momento histórico, circunstâncias, pretexto, situação e objetivos. Por sua vez, a análise interna exigiu interrogar-se sobre a ordem do discurso e da formação discursiva, obedecendo regras gramaticais e estrutura da língua e modelos de gêneros narrativos. Albuquerque Júnior (2009) afirmou que a utilização dos discursos como objeto de pesquisa requer a necessidade de serem mapeados em regularidades, em séries, em saberes, em temas e em conceitos, para localizar a construção de imagens de si e dos outros, as lutas políticas e as batalhas discursivas, e “é indispensável que estes discursos e pronunciamentos sejam cotejados com outros tipos de fontes e com discursos vindos de outros personagens do período, envolvidos com os mesmos episódios ou dentro do mesmo universo de preocupações” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 243).

Na nossa proposta teórica e metodológica, os discursos proferidos nos primeiros anos de vida legislativa do Partido dos Trabalhadores são considerados como elementos identitários dos deputados federais petistas selecionados entre os anos de 1983 e 1985, que constituem e demarcam com singularidade a atuação petista na luta institucional da década de 1980.

No 3º Encontro Nacional realizado entre os dias 6 e 8 de abril de 1984 na cidade de São Bernardo do Campo, o partido alertou para a necessidade de uma rápida resposta diante da situação política do país com as eleições livres e diretas, e na luta contra o Colégio Eleitoral. As propostas sugeridas pelo PT para atuação política e parlamentar não conseguiram ser traduzidas em objetivos concretos, dificultando sua consolidação em âmbito nacional. Era necessário, na perspectiva partidária, diante da limitação do Legislativo, estabelecer critérios norteadores na sua atuação e “lutar continuamente para que o Parlamento recupere suas prerrogativas políticas e sua independência diante do Executivo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 146).

Para o partido, o parlamentar petista não tinha privilégios, não era discriminado pelos militantes e atuava concretamente nos movimentos populares e sindicais e nas lutas dos trabalhadores. A atuação parlamentar estava subordinada às diretrizes gerais do PT, pois “as

Volume 21, número 2: 2016

iniciativas e propostas políticas mais importantes dos parlamentares são de responsabilidade do partido, devendo ser discutidas, anteriormente, por seus órgãos de direção” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 165). Os parlamentares cumpriram três funções básicas no Legislativo brasileiro: “a sua intervenção política, no Parlamento, em favor dos trabalhadores; a sua atuação permanente em benefício dos movimentos populares dos quais ele é representante; e suas tarefas imprescindíveis na construção e no fortalecimento do PT” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 147).

Neste ponto, nas teses políticas defendidas pelo partido estavam: a questão internacional, na defesa dos interesses dos povos que lutam por sua libertação, a luta contra a política econômica e pelo fim do regime militar, a necessidade de reforma agrária no campo, a conquista de governos, a greve geral, o isolamento dos setores reacionários e conciliadores, e a luta pelas eleições livres e diretas em todos os níveis “por entendermos que só ao povo cabe escolher aqueles que devem governá-lo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 151). Por isso, a derrubada do regime militar e a frustração as tentativas de conciliação, mostraram o PT favorável ao boicote do Colégio Eleitoral, considerado como espúrio e ilegítimo.

Assim, a atuação parlamentar foi valorizada pelo Partido dos Trabalhadores com a intenção de demarcar os limites da sua funcionalidade: consolidar o partido nacionalmente, ter autonomia parlamentar para a conquista dos trabalhadores, dos movimentos populares e do fortalecimento do PT, e travar luta contra os reacionários e os conservadores, que legitimaram o Colégio Eleitoral. Definir o Parlamento como espaço de luta política para expressar e oferecer sentido aos anseios sociais era importante para que partido delimitasse sua atuação institucional a favor dos trabalhadores e repudiasse as decisões políticas dos gabinetes e das salas do poder.

Neste momento político de exigência das eleições diretas, o presidente João Figueiredo em declaração controversa, revelou clara e inequivocamente que “só existe uma oposição organizada à tese das eleições diretas para Presidente da República, à materialização desse sonho nacional. E essa oposição – quem diria – parte justamente do PDS”.¹ Carlos Castello

¹ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 154, 18/11/1983, p. 12867. Para Gláucio Ary Dillon Soares, “as eleições indiretas estão contribuindo para um rápido desgaste eleitoral do PDS que significaria que o ‘presidente biônico’, escolhido indiretamente, teria que governar em minoria no Congresso” (SOARES, 1984, p. 59).

Volume 21, número 2: 2016

Branco, repórter político desde 1949 e colunista político entre os anos de 1963 e 1993 afirmava que os candidatos pedessistas a presidente da República eram os maiores opositores a emenda de eleição direta e que “a coordenação do Presidente terminou e ele já não tem nomes a indicar. A convenção virou um salve-se quem puder. E os vetos à eleição direta decorrem de simples jogo de conveniências pessoais”.² Para o jornalista, os interesses pessoais do presidente da República, dos candidatos e dos parlamentares do Partido Democrático Social (PDS) se sobressaíram e apoiar uma candidatura para as eleições diretas, caso houvesse consenso em torno de um candidato. Para Eduardo Suplicy, a parte do PDS que insistiu na eleição do Presidente pelo Colégio Eleitoral não percebeu “que o povo está consciente de que este organismo eleitoral não representa a vontade popular. Trata-se de um Colégio Eleitoral cuja legitimidade é contestada pelo povo”.³

As concepções sobre o Colégio Eleitoral começaram a ficar visíveis no ano de 1983: uma, em torno das decisões entre o presidente da República, João Figueiredo e o PDS, procurando legitimá-lo, e outra, procurando descaracterizá-lo como instituição criada pelos militares, que não conseguiram representar a vontade popular.

Em termos práticos, o Colégio Eleitoral pode ser entendido como um arbítrio militar criado na Constituição de 1967, que aumentava a desigualdade e a discriminação entre as populações dos estados e se tornava a instituição pela qual o presidente era escolhido por membros do Congresso Nacional e por três delegados a cada quinhentos mil habitantes, de cada um das assembleias estaduais. Em 1977, o presidente Ernesto Geisel, no pacote de abril,⁴ ampliava para um milhão de eleitores sendo representados por três delegados no Colégio Eleitoral, (Emenda Constitucional nº. 8 de 14 de abril de 1977). A escassez de representatividade se concretizou em 29 de junho de 1982, com a emenda nº. 22 implantando as regras para as próximas eleições para presidente, em que o Colégio Eleitoral passava a ser formado “pelos membros do Congresso Nacional (deputados federais e senadores) e por seis representantes escolhidos pelo partido majoritário em cada assembleia estadual” (SOARES, 1984, p. 102).

² A caminho da eleição direta. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18/11/1983.

³ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 156, 22/11/1983, p. 13034.

⁴ Para Thomas Skidmore, o “pacote de abril” foi uma resposta aos resultados das eleições parlamentares de 1974, impedindo o MDB de fortalecer-se significativamente pelo voto (SKIDMORE, 1988, p. 373).

Volume 21, número 2: 2016

Na opinião do jornalista Carlos Castello Branco, os atos do governo em abril de 1977 representavam um desprestígio do Parlamento e o rebaixamento da representação dos estados no Senado. A legislação eleitoral era casuística e com um conjunto indefensável de organização do sistema político que aspirasse à consolidação de um caminho para a democracia, que não interessava aos políticos da Aliança Nacional Libertadora (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e “o Presidente Geisel, porém, parece pouco flexível e dificilmente alterará as decisões que tomou no seu gabinete, sob sua própria responsabilidade, enquanto, fechando-se, deixou o Congresso na mais ansiosa das expectativas”.⁵

As reformas elaboradas e colocadas em prática pelo Governo Federal tiveram a intenção de assegurar a continuidade da ARENA como partido governista no poder, no governo dos estados e no Congresso Nacional, por meio de processos políticos escusos. Para a manutenção do partido do governo no poder eram necessárias as reformas na legislação eleitoral, em uma combinação entre força e eleição, deslegitimando os políticos eleitos e menosprezando as instituições políticas como meros instrumentos existentes para satisfazer as vontades e os interesses do regime militar.

O resultado da votação da emenda Dante de Oliveira trouxe novos caminhos para alcançar os interesses dos trabalhadores, pondo fim ao regime e sua política econômica. Coube à sociedade brasileira o julgamento do comportamento do PDS que votou contra, que se ausentou, que se absteve, e que colocou a instituição do Congresso Nacional como decorativa. A negativa dos deputados federais à emenda Dante de Oliveira representou a intenção dos militares de continuar controlando a transição para a democracia, sem traumas, por meio da eleição do presidente da República pelo Congresso Nacional. Para os militares, a votação no Parlamento e a instituição das eleições diretas não foram suficientes para colocar um fim na ditadura militar.

A realização da escolha do presidente por meio do Colégio Eleitoral foi frustrante para a sociedade brasileira. Principalmente com a crise agravada no PDS, com a viabilidade da candidatura de Paulo Maluf e seu comportamento na vida política nacional, acusado de incompetente, corrupto e representante do continuísmo dos interesses dos militares. Para

⁵ Os problemas da abrilada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23/4/1977.

Volume 21, número 2: 2016

Eduardo Suplicy, “aceitar essa proposição seria uma traição ao povo que, por toda parte, continua exigindo a aprovação das eleições diretas para a escolha do sucessor do Presidente Figueiredo”.⁶

Contudo, este não era o pensamento dos políticos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Governo Federal, que estavam dispostos à negociação e ao consenso com um candidato presidencial no Colégio Eleitoral, principalmente porque, “a intransigência desta vez não está no PMDB e nos partidos opositores, com exclusão do PT. A intransigência é do PDS e poderá ser agravada por seus candidatos à Presidência”.⁷

Para José Genoíno o espaço para a conquista das eleições diretas, por meio da ação política, da retomada da mobilização popular e da preparação das jornadas de luta com greves, protestos e comícios ainda continuava vigente. O deputado federal acreditava na articulação e na consolidação no interior dos comitês suprapartidários, e na unidade das forças populares para a viabilidade da pressão dos movimentos populares sobre o Congresso Nacional “e essa saída das ruas deve ser combinada com uma atitude firme no plano institucional, em defesa das eleições diretas já”.⁸ O parlamentar ressaltava a necessidade de continuidade da mobilização nas ruas para pressionar o Governo Federal e os parlamentares a revisarem suas atitudes, e que levava uma nova possibilidade para ser votada emenda favorável às eleições diretas para o cargo de presidente da República.⁹

Para setores do PMDB, a permanência da campanha popular em favor da eleição direta após a votação da emenda Dante de Oliveira era uma abstração e um jogo político, pois “o povo não se reuniria mais na praça pública, país afora, sem motivação concreta e a opinião da imensa maioria já se produziu com pleno conhecimento dos órgãos deliberativos”.¹⁰ Enfim, o PMDB que apoiou a campanha das Diretas Já! se rendeu aos desfechos da negociação política e começava a criticar o PT por manter a proposta das eleições diretas, vista como abstração, intolerância e intransigência partidária. Para o Partido dos Trabalhadores, a continuidade da

⁶ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 36, 1/5/1984, p. 2665.

⁷ Onde se resiste ao entendimento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/5/1984.

⁸ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 64, 13/6/1984, p. 5608.

⁹ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 64, 13/6/1984, p. 5608.

¹⁰ Entre Ulysses e Tancredo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/6/1984.

Volume 21, número 2: 2016

mobilização pelas eleições diretas significou a reafirmação das necessidades da participação dos trabalhadores na escolha do próximo presidente.

A candidatura de Tancredo Neves, naquele momento componente da oposição, se fortaleceu com o apoio unânime dos governadores do PMDB, o qual divulgou um manifesto em reunião do dia 20 de junho de 1984 e na formação da Aliança Democrática com os partidários do PMDB, do Partido da Frente Liberal (PFL)¹¹ e os dissidentes do PDS, que “se concretizou com a recusa do presidente Figueiredo em realizar as prévias para os candidatos do PDS que fossem disputar a candidatura no Colégio Eleitoral, e com a renúncia do presidente do PDS, José Sarney, do cargo” (DIMENSTEIN, 1985, p. 45). Para Carlos Castello Branco, “a própria escolha do Governador Tancredo Neves como candidato indica o propósito de se encontrar algum consenso e algum ponto de conciliação que, através de mudanças, assegure um clima de paz para o êxito do gigantesco esforço para solucionar problemas acumulados”.¹² Tancredo Neves representou a tentativa do Executivo e do Legislativo em encontrarem ‘a única saída política para o País’, o ‘salvador da pátria’ que fosse eleito pelo Colégio Eleitoral, capacitado para resolver os problemas nacionais com responsabilidades, compromissos e unidade política.

Para José Genoíno, o Governo Federal e a Aliança Democrática nos seus gabinetes de conciliação pretenderam esquecer a palavra de ordem emitida e repetida apaixonadamente nos comícios e nas praças por milhares de pessoas: Diretas já!, e abafar as propostas de novas manifestações. Para o parlamentar, a principal proposta para combater o Colégio Eleitoral era não regulamentá-lo, pois com a maioria simples de deputados e 240 votos eram suficientes para colocar novamente as eleições diretas em pauta. A participação no Colégio Eleitoral e a sua não regulamentação estavam “no mesmo plano e o mesmo nível. Podem ser assumidas pelo mesmo órgão: a Câmara. Depende das vontades políticas dos mesmos indivíduos: os Deputados”.¹³

Os compromissos da Aliança Democrática integraram decididamente na candidatura e na campanha de Tancredo Neves à Presidência, mobilizando a sociedade em duas etapas: de 10 de agosto de 1984 até 15 de janeiro de 1985 e daí até novembro de 1986. Para Domingos

¹¹ Para a formação, o programa e compromisso do PFL com o pensamento liberal, ver FERREIRA, Denise Paiva. *PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Goiânia: Alternativa, 2002.

¹² Estratégia com sinal trocado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/7/1984.

¹³ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 81, 9/8/1984, p. 7405.

Volume 21, número 2: 2016

Leonelli (PMDB), a participação da sociedade era importante para legitimar o governo de transição eleito por via indireta, assegurar os compromissos assumidos com o povo, aprofundar a discussão da nova Constituição, fiscalizar o cumprimento dos compromissos populares do governo de transição e consolidar a construção de um processo constituinte com efetiva participação popular. Para o parlamentar, “para que a nova Constituição não represente mais um pacto das elites é preciso que asseguremos a participação popular e democrática na campanha e no Governo Tancredo Neves. As forças que reunirmos já serão a base de nossa participação futura”.¹⁴

Partimos da premissa que o representante da Aliança Democrática quis definir como era a atuação da sociedade esperada pelo governo formado pelo PMDB e pelo PFL: a expectativa para que a sociedade se consolidasse e fiscalizasse o próximo governo, sem críticas, sem mobilização social e sem reivindicação aos direitos civis, políticos e econômicos ignorados pelo regime militar. A sociedade manteve uma postura similar ao período ditatorial, legitimando um presidente e um governo, em quem nem sequer tiveram a oportunidade de escolha e de voto.

O Senado e a Câmara tiveram posições distintas sobre o Colégio Eleitoral. Para Eduardo Suplicy, a Câmara, por meio do seu presidente, esperava colocar em regime de urgência o projeto de lei regulamentando o Colégio Eleitoral, mesmo sem a anuência das lideranças do PT, do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e de considerável parcela do PMDB. No Senado, o presidente informava a não marcação da data para colocar a emenda em pauta, porque não havia a unanimidade das lideranças. Para o parlamentar era necessário haver unidade de ação da Câmara e do Senado.

Não podemos aceitar esta incongruência de critérios entre as duas Mesas da Casa. Se a Mesa da Câmara pode colocar na ordem do dia projeto de lei sem a anuência de diversas lideranças, então a Mesa do Senado e da sessão do Congresso Nacional deveria também obedecer à vontade da maioria dos parlamentares, praticamente de dois terços no Senado e na Câmara, correspondente hoje à vontade esmagadora do povo brasileiro que quer ver os seus representantes votarem o estabelecimento das eleições diretas para a sucessão do Presidente João Figueiredo.¹⁵

¹⁴ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 82, 10/8/1984, p. 7553.

¹⁵ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 91, 23/8/1984, p. 8306-8307.

Volume 21, número 2: 2016

Os deputados petistas mostraram a credibilidade dada pelo partido ao Legislativo federal como espaço de luta política, e compreenderam que os parlamentares da Aliança Democrática, no Senado e na Câmara, já não usaram a instituição para a mobilização popular e a luta por eleições diretas. O ambiente político no Congresso Nacional em meados do ano de 1984 não estava para as lutas, mas sim para a negociação. A negociação, não era a proposta do PT e a crença do partido no Congresso Nacional aconteceu em um momento político em que os próprios parlamentares se submetem às decisões das lideranças e as decisões em torno de um nome de consenso nacional, Tancredo Neves. Assim, o PT mostrou que a expectativa para que a transição política se concretizasse com a condução, a participação e a decisão dos trabalhadores.

As candidaturas ao Colégio Eleitoral, de Paulo Maluf e Tancredo-Sarney, não eram consideradas alternativas para o fim do regime militar. José Genoíno afirmava que o importante era excluir a polarização imposta pelo Congresso Nacional e “escolher o muito melhor - e esse muito melhor é a mobilização do povo brasileiro, é a sua organização e a sua unidade em torno de uma plataforma política que represente o fim do regime militar”.¹⁶

Para Carlos Castelo Branco, a concepção governista sobre os candidatos no Colégio Eleitoral mostrava que a candidatura Maluf gerava instabilidade e crise, por causa dos seus métodos e da falta de apoio popular, “ele ofereceu flores, medalhas, carinho e assistência médica e pessoal a um aglomerado de políticos que o tipo de poder existente no país deixava entregues à sua própria solidão e à generalizada falta de recursos”.¹⁷ A candidatura Tancredo era heterogênea, abrangente, precária, flexível ideologicamente e mostrava a diversidade de compromissos e metas para a manutenção do Estado, sendo que “o espectro das forças tancredistas vai da simpatia do General Ernesto Geisel ao apoio do Sr. João Amazonas, egresso da guerrilha de Xambioá”.¹⁸ Pelo lado governista, o receio em relação a Tancredo era por ter apoio da esquerda, e pelo fato de alguns militares temerem revanchismo e a penalização dos crimes cometidos no período, caso a esquerda chegasse ao poder.¹⁹

¹⁶ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 102, 7/9/1984, p. 9395.

¹⁷ Os fatores da instabilidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9/9/1984.

¹⁸ Os fatores da instabilidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9/9/1984.

¹⁹ Para Dimenstein, Tancredo Neves escreveu uma carta direcionada para Aureliano Chaves em tom conciliatório, pregando a união e acima das divergências passadas pela reconstrução do país que “insinuava garantias de que, em seu Governo, não haveria revanchismos” (DIMENSTEIN, 1985, p. 86).

Volume 21, número 2: 2016

Para José Genoíno, a polarização da transição visava manter o povo em posição política passiva e de expectativa, e a faceta do povo mostrava o descontentamento, a miséria, a revolta e as lutas dos trabalhadores. Por isso, essa era a posição, muito clara: “nem Maluf é esperança, nem Tancredo é mudança. Queremos o fim deste Regime, com base numa plataforma de luta”.²⁰ A situação das candidaturas para o Colégio Eleitoral era crítica para o PT, porque os dois candidatos representavam a continuidade do regime. O PT defendeu a luta pelo fim da ditadura militar e sua legislação casuística e autoritária, que não incluía leis favoráveis aos trabalhadores.

Para José Genoíno, participar do Colégio Eleitoral era concordar com as elites e sua fachada popular, era concordar com a consolidação do regime militar em crise, com o jogo de cartas marcadas. A recusa do PT estava na recusa de parcelas da população que representava, principalmente porque o partido quis capitalizar todo o descontentamento, transformando-se em alternativa operária e popular. Essas características motivaram os parlamentares ao boicote do Colégio Eleitoral e que “tem implicações, repercussões que se estenderão pelos próximos anos e que determinarão o grau de respeito político de que uma determinada posição ou partido desfrutará”.²¹

Neste ponto, entenderam que Tancredo não era a única alternativa. O PT era uma alternativa para as vontades e os interesses dos trabalhadores, debatendo seus problemas cruciais, reivindicando sua independência de classe e realizando debates e reuniões abertas, como o tema do não comparecimento ao Colégio Eleitoral. Para o partido, o Congresso Nacional, instituição que encaminhava a sucessão presidencial, mostrava evidências de distanciamento da vontade de mudança da maioria do povo brasileiro. Rachel Meneguello argumentou que Tancredo Neves era uma indicação consensual e aceita pelos setores políticos para a transição ao governo civil, “com a exceção do Partido dos Trabalhadores, formou-se no Congresso um consenso entre os partidos de oposição em torno do projeto de democratização encabeçado pelo PMDB” (MENEGUELLO, 1998, p. 81). Ao apoio dos políticos incluíram os setores militares com as garantias do poder civil: “que não haveria revanchismo no seu Governo, considerar muito remotas as possibilidades da legalização das organizações

²⁰ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 114, 26/9/1984, p. 10780.

²¹ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 131, 23/10/1984, p. 12691.

Volume 21, número 2: 2016

clandestinas, e prometer que os Ministros militares seriam todos ouvidos no momento da escolha de seus sucessores” (DIMENSTEIN, 1985, p. 181).

O colunista Carlos Castello Branco afirmava a ocorrência, por parte dos militares, da perda de controle da maioria parlamentar e dos governadores, por não evitarem as duas candidaturas do PDS na convenção partidária ocorrida no dia 11 de agosto de 1984²² e por se submeterem à escolha realizada pelo partido. O candidato escolhido pelo PDS foi Paulo Maluf e mostrou os objetivos das forças armadas: preservar o poder, pois “o Deputado Paulo Maluf não é o candidato popular, não é o candidato da maioria da representação política. Mas é o candidato do regime. E o regime sabe impor suas decisões, preservando-se o uso do poder”.²³

O PT continuou se colocando como força política dissonante da conciliação e do consenso nacional, ressaltando a falta de compromisso dos candidatos ao Colégio Eleitoral com os trabalhadores e a impossibilidade de escolha por via direta por causa dos militares e dos políticos, ansiosos por uma transição sem traumas. Enquanto isso, o consenso político se consolidou em torno do candidato Tancredo Neves, com um projeto de democracia envolvida e subjugada pelos civis e pelos militares e a tentativa dos militares de permanecer no poder sob o candidato Paulo Maluf. As concepções políticas estavam no cenário: o PT se colocou como negação ao governo escolhido no Colégio Eleitoral, Tancredo ou Sarney, por representarem o regime militar; Tancredo, sob os olhares da Aliança Democrática e dos militares, costurou um governo de conciliação e consenso nacional, sem revanchismo, sem crítica e sem esquerdas, e Maluf esteve sob a tutela dos militares, reafirmando a decadência das forças armadas no poder.

A eleição no Colégio Eleitoral teve como resultado 180 votos para Paulo Maluf e 480 votos para Tancredo Neves. Os malufistas ficaram indignados com a falta de apoio e de atitude da cúpula militar, ao se omitirem e não exigirem a fidelidade partidária para os participantes do PDS, que tiveram ressentimento pelo candidato e pela sua péssima imagem pública.

Merecidamente ou não, ele foi identificado com o regime próximo do fim e com todas as suas mazelas. Maluf deu motivos de sobra para isso: foi contra as “Diretas já!” quando 90% dos brasileiros eram a favor; recusou-se a criticar o Governo mais impopular das últimas duas décadas – só o fez quando a eleição estava perdida; deixou prosperar o perfil de um político vaidoso, autosuficiente, autoritário, que não media conseqüências para

²² Os dois candidatos foram: Paulo Maluf e Mário Andreazza, e “a apuração dos votos terminara e Maluf ganhara a indicação do PDS com uma folga de 143 votos” (DIMENSTEIN, 1985, p. 127).

²³ Sistema assume Maluf e o impõe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24/10/1984.

Volume 21, número 2: 2016

alcançar seus objetivos; e cercou-se de parlamentares considerados os mais conservadores do Congresso (DIMENSTEIN, 1985, p. 135).

Eleito, Tancredo Neves estava cercado pelos compromissos programáticos da Aliança Democrática: combater a inflação, renegociar a dívida externa, gerar empregos, revalorizar o país com o mercado interno e o bem-estar da população e, concluir um pacto constitucional, convocando uma constituinte. A formação dos ministérios teve impacto na política do presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, principalmente na definição da composição e do programa governista e na formação das mesas da Câmara e do Senado. As reivindicações para participar do governo nos ministérios eram marcadas por ameaças, imposições, pressões e vetos com interesses políticos particulares. Para o jornalista Carlos Castello Branco, Tancredo acreditava que as mudanças eram institucionais com a elaboração de novas leis que “são notadamente mudanças de atitudes e, no setor econômico, visam a combater a inflação sem prejuízo do propósito de gerar empregos e de assegurar maior participação do setor privado na economia”.²⁴

A imagem pública de Maluf foi o critério utilizado para não apoiá-lo no Colégio Eleitoral e as mudanças propagadas pelo governo encabeçado por Tancredo estavam direcionadas para suas atitudes, sem sequer ressaltar a importância dos trabalhadores para a construção do governo civil. O presidente eleito manteve-se cercado de liberais, de conservadores, de latifundiários, de banqueiros, de industriais, de grupos estrangeiros e de setores militares, sem um projeto político e econômico consistente que modificasse a situação do país e dos trabalhadores. Para o PT, os compromissos e os objetivos fundamentais dos grupos que apoiaram Tancredo Neves já estavam definidos.

São eles: a eleição de um Congresso de centro-direita em 1986, a quem se entregaria a reforma de Constituição; a aceitação da tutela militar; o compromisso de honrar todos os acordos com o FMI e o capital financeiro do País e do exterior; garantia de intocabilidade da propriedade fundiária, mantendo como padrão de política agrária a mera aplicação do Estatuto da Terra; em resumo, um conjunto de linhas que representam a disposição, já manifestada pelo próprio candidato a presidente, de manter-se fiel aos ideais de 64 (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 184).

²⁴ As mudanças e as pressões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01/02/1985.

Volume 21, número 2: 2016

A luta do PT manteve-se focada contra os ideais dos militares, que continuavam no poder, sob as hostes do presidente civil e dos interesses políticos restritos à manutenção da presença de capitalistas, da reforma constitucional e dos proprietários de terra. Assim, na perspectiva petista, o governo eleito no Colégio Eleitoral não teve legitimidade porque não fez nada pelos trabalhadores e nem sequer fora escolhido por eles. O Partido dos Trabalhadores definiu o seu inimigo político que nasceu do Colégio Eleitoral ilegítimo: o governo Tancredo-Sarney.

A posse do presidente eleito no Colégio Eleitoral estava marcada para o dia 15 de março de 1985. Contudo, Tancredo Neves foi afastado do cargo por motivos de grave doença,²⁵ que o levou a ficar hospitalizado, no Hospital de Base de Brasília e no Instituto do Coração em São Paulo. Para o jornalista Carlos Castello Branco, a situação gerada com a doença do presidente não perdurou por muito tempo, pois gerou instabilidade no governo com a ausência do presidente eleito e a omissão do vice-presidente. O vice-presidente na chapa da Aliança Democrática, José Sarney, foi empossado no cargo presidencial na data pré-determinada e foi pressionado para assumir as funções e evitar a paralisia governamental.

As hipóteses de governo provisório e de redução do período de permanência de José Sarney na Presidência da República surgiram como questionamento à ilegitimidade e a ilegalidade à posse do vice-presidente. Para o Partido dos Trabalhadores, a presença de José Sarney na Presidência da República se tornava um incômodo no cenário político nacional, pois era ele o coordenador da negativa na votação da emenda Dante de Oliveira em 1984. Para Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, José Sarney “não tinha a legitimidade histórica da resistência democrática, nem uma camisa amarela estampada com “Diretas Já” numa gaveta qualquer do seu guarda-roupa” (LEONELLI & OLIVEIRA, 2004, p. 608). Para Sarney, a ideia de eleições diretas após a sua confirmação como presidente seria uma tentativa de golpismo da esquerda e poderia insuflar a idéia do golpe nos militares.²⁶

Para o PT, a presença de Tancredo era inaceitável como presidente civil, e após a sua morte e a posse de Sarney, apenas se concretizava a permanência dos militares no poder. Como

²⁵ Para Carlos Castello Branco, “sequer se conhece ainda a exata definição dos males que o afligiram e o afligem, perdendo confiabilidade os sucessivos anúncios dados de boa-fé pelos meios oficiais”. A hora ainda é de preocupação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22/03/1985.

²⁶ Pela primeira vez não se fala em golpe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/1/1985.

Volume 21, número 2: 2016

político da ARENA e do PDS, José Sarney foi subserviente, apoiador e defensor das estratégias das forças armadas em permanecerem no poder. Assim, a perspectiva para os trabalhadores estava comprometida principalmente porque os políticos da Aliança Democrática e seus apoiadores nada ofereceram favoravelmente aos trabalhadores.

O tema do não comparecimento ao Colégio Eleitoral foi debatido em reuniões e encontros do Partido dos Trabalhadores por meio de três propostas para serem decididas pelos militantes: “manter-se fiel às origens e não participar; participar por compreender que dever-se-ia derrotar o candidato Maluf identificado como continuidade do regime; comparecer ao Colégio Eleitoral após a negociação de um programa com a Aliança Democrática garantindo conquistas para os trabalhadores” (COSTA, 1998, p. 141). E o partido decidiu por não homologar e nem corroborar com uma decisão já reconhecida: se for Tancredo Neves ou Paulo Maluf, o presidente era a continuidade do autoritarismo. A deputada Bete Mendes não aceitou a decisão partidária e utilizou entrevistas e cartas a 1.817 eleitores, consultando-os sobre a sua presença ou não ao Colégio Eleitoral. A parlamentar se baseou nas opiniões populares, ignorando as decisões partidárias do PT. Bete Mendes concluiu que:

Como em minhas hastes partidárias 68,7% querem que eu vá votar por eles na escolha do próximo Presidente da República, e como dentre os eleitores de outros partidos, inclusive eleitores do PDS, 78% também são dessa opinião, afirmo desta tribuna, ao fim da Sessão Legislativa do ano de 1984, que irei ao Colégio Eleitoral, por vontade dos eleitores petistas e dos demais partidos, votar no candidato Tancredo Neves.²⁷

Em 15 de janeiro, na votação no Colégio Eleitoral, Bete Mendes compareceu e votou em Tancredo Neves. Para a parlamentar, a coerência com o entendimento do político obrigou-a estar onde o povo estava e esta atitude contrária à decisão do partido gerou sua expulsão. A parlamentar afirmou que “sabia de antemão que o seria, segui adiante. Dei o meu voto consciente de estar contribuindo para que se tornasse realidade um sonho de nosso povo”.²⁸ Para a deputada, seu voto era uma “homenagem maior a Tancredo. Foi o reconhecimento que lhe dei em vida por sua trajetória política marcada pela seriedade, pela coerência, pela honestidade e pelo espírito democrático e conciliador”.²⁹

²⁷ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, n.º. 159, 5/12/1984, p. 15990.

²⁸ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, n.º. 37, 30/4/1985, p. 3610.

²⁹ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, n.º. 37, 30/4/1985, p. 3610.

Volume 21, número 2: 2016

O Partido dos Trabalhadores passou por um dos primeiros casos de desobediência partidária com a votação dos deputados federais Bete Mendes, Aírton Soares e Eudes Júnior no candidato Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Como um partido que buscava se diferenciar dos existentes, em que as decisões eram tomadas junto às bases, por meio dos encontros partidários com consulta aos filiados, o PT procurava demarcar as suas fronteiras políticas nitidamente, porém “tal consulta não foi por meio dos Núcleos de Base, que teoricamente se vinculavam aos movimentos sociais, podendo proporcionar uma maior abrangência à consulta” (BRANDÃO, 2003, p. 89). A atitude dos parlamentares que compareceram ao Colégio Eleitoral esteve diretamente relacionada ao cerne da atuação dos deputados federais independente ou submetida às diretrizes do partido, pois este é um local de socialização e aprendizado político e social. No caso do PT, em que as propostas eram colocadas em votação interna e seguidas, independentemente do resultado, concordar ou não com o resultado do partido na decisão de ir ou não ao Colégio Eleitoral, não era o suficiente para que os parlamentares exercessem suas escolhas pessoais, mas assim o fizeram.

E no Encontro Nacional Extraordinário realizado entre os dias 12 e 13 de junho de 1985, na cidade de Diadema, o PT afirmou que as prerrogativas de decisão política não eram exclusivas dos dirigentes ou das bancadas parlamentares como nos partidos de burguesia ou de vanguarda, por isso defendeu a democracia interna partidária como forma de debate e de discussão das propostas pelos filiados. Caso o parlamentar permanecesse com a posição individual e descumprisse as diretrizes partidárias, era necessário que a Executiva Nacional solicitasse seu desligamento do partido, pois “traz à tona questões cujo equacionamento poderá trazer ao Partido, nos próximos anos, reflexos tão profundos quanto os resultados da manutenção de nossa decisão de não comparecer ao Colégio Eleitoral” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 191).

O Partido dos Trabalhadores durante o ano de 1983, 1984 e 1985, lutando pela Diretas Já! e contra o Colégio Eleitoral, delimitou sua ação para as soluções institucionais existentes no regime militar: exigir as eleições diretas para que o trabalhador tivesse o direito de escolha do presidente. O partido corroborou sua inserção institucional ao valorizar o elemento político e as eleições como método para disputa do poder político nacional. As resoluções do PT sobre ir ao Colégio Eleitoral mostraram a opção política tomada pelo partido, em que a instituição

Volume 21, número 2: 2016

militar teve um método espúrio na política, por causa da eleição indireta e da exclusão da classe trabalhadora pelas elites das decisões políticas. A compreensão do Colégio Eleitoral como questão política fez com que o PT utilizasse as eleições como um método de participação da classe trabalhadora na democracia burguesa. Politicamente o PT, ao inserir-se nas lutas institucionais, iniciou um processo político de reconhecimento do status quo e da conquista dos espaços legítimos para atuação partidária que favorecesse os trabalhadores.

Fontes

Diários do Congresso Nacional

- Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 154, 18/11/1983, p. 12867.
 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXVIII, nº. 156, 22/11/1983, p. 13034.
 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 36, 1/5/1984, p. 2665.
 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 64, 13/6/1984, p. 5608.
 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 81, 9/8/1984, p. 7405.
 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 82, 10/8/1984, p. 7553.
 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 91, 23/8/1984, p. 8306-8307.
 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 102, 7/9/1984, p. 9395.
 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 114, 26/9/1984, p. 10780.
 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 131, 23/10/1984, p. 12691.
 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXIX, nº. 159, 5/12/1984, p. 15990.
 Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XL, nº. 37, 30/4/1985, p. 3610.

Jornal do Brasil – Coluna do Castelo

- Os problemas da abrilada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23/4/1977.
 A ilegitimidade do Colégio Eleitoral está presente em: As diretas e a eleição. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17/11/1983.
 A caminho da eleição direta. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18/11/1983.
 Onde se resiste ao entendimento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/5/1984.
 Entre Ulysses e Tancredo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/6/1984.
 Estratégia com sinal trocado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/7/1984.
 Os fatores da instabilidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9/9/1984.
 Sistema assume Maluf e o impõe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24/10/1984.
 Pela primeira vez não se fala em golpe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/1/1985.
 As mudanças e as pressões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01/02/1985.
 A hora ainda é de preocupação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22/03/1985.

Partidária

RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 223-249.

Volume 21, número 2: 2016

- BRANDÃO, Marco Antônio. *O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)*. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2003.
- COSTA, João Bosco Araújo. *O imaginário político do Partido dos Trabalhadores: o petismo, o sistema representativo e o poder local*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.
- DIMENSTEIN, Gilberto (org.). *O complô que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: JB, 1985.
- FERREIRA, Denise Paiva. *PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Goiânia: Alternativa, 2002.
- LEAL, Paulo Roberto Figueira. *O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?* Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- LEONELLI, Domingos, OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MELO, Ana Lúcia Aguiar. A Ação Política do Partido dos Trabalhadores e a Busca do Equilíbrio. *Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas*, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, v. 11, n. 2, p. 47-60, 1998.
- MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- POCOCK, John G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- RANINCHESKI, Sônia; [CORDEIRO, Nathália R.](#) Democracia processual ou participativa: a visão do PSDB e PT na câmara dos deputados do Brasil. *Revista Debates* (UFRGS), v. 2, p. 213-244, 2008.
- RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.